

Políticas culturais no Brasil: perspectivas e desafios de sua formulação a partir de seus destinatários

Percepções: cinco questões sobre políticas culturais. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

Egor Vasco Borges¹

De um modo geral, o livro *Percepções: cinco questões sobre políticas culturais*, retrata os dilemas que cercam a implementação de políticas públicas culturais baseando-se em algumas reflexões realizadas por pesquisadoras nacionais sobre o Brasil. É uma obra de extrema relevância para se pensar sobre cinco questões, designadamente:

1. Democratização da cultura por meio dos centros e institutos culturais, bem como museus e salas de concerto;
2. As transições do cinema para o audiovisual;
3. As cidades/municípios como ponto central da promoção da cultura;
4. Ações culturais coletivas protagonizadas pelas comunidades na construção de políticas públicas culturais;
5. A participação da sociedade civil na gestão e controle das políticas culturais geradas pelo Estado.

Como se pode perceber, o objeto central da obra são as políticas culturais, dando-se o enfoque para a intervenção das instituições públicas e privadas que dela participam, bem como os espaços onde interagem os atores, agências e público alvo.

No primeiro texto desta presente, uma crítica em relação ao modelo de democratização da cultura que ignora as características dos grupos aos quais se destina e se preocupa em ampliar as possibilidades de acesso ao universo cultural por meio de centros culturais, institutos culturais, museus e salas de concerto, que têm garantido o enriquecimento da formação cultural das populações mediante distribuição de equipamentos, redução de preços de livros, discos, ingressos de espetáculos, etc. Segundo tal raciocínio, essas políticas contribuem apenas para enaltecer a “alta cultura”, o que não permite que esses novos setores sociais se incorporem e se sensibilizem por essas expressões artísticas eruditas. Tendo em conta que o

¹ Mestrando em Sociologia na UNESP-Campus de Araraquara. E-mail: egorborges@hotmail.com

público é heterogêneo e que eles são potencialmente produtores, há necessidade de alargar o horizonte do que se oferece a esse público, bem como criar mecanismos para que estes não fiquem apenas passivos no processo. Como se pode compreender, há necessidade de mudar o panorama da relação entre o indivíduo e as diversas manifestações artísticas, recomendando-se que os centros culturais e a educação exerçam formas diferenciadas de socialização dos indivíduos, envolvendo-os num processo permanente de transmissão de códigos e linguagens artísticas.

O segundo texto centra-se nos aspetos marcantes da racionalidade técnica, que se manifesta por meio da diversificação e industrialização da cultura que marcam o percurso ou trajetória das transformações ocorridas no setor cinematográfico, demonstrando-se que é quase impossível, nos dias atuais, mantê-lo distante da televisão, publicidade e outros setores da produção cultural. Nesse sentido, os avanços tecnológicos põem em cheque o conceito de cinema e impõem que o produto gerado por este setor, o filme, possa ser transformado em outros subprodutos para que possa abarcar o público nos mais variados espaços por intermédio de TV aberta, por assinatura, celular, internet, áudio, banda desenhada e por vezes sob formas de vídeo-game, possibilitando múltiplas formas de consumo, bem como de produção do capital.

É importante notar que este processo de substituição de cinema pelo audiovisual é uma forma de adequar o produto cultural aos diversos mercados, fato que ocorre no Brasil de forma sinuosa, uma vez que a mudança da política cultural não permitiu um avanço para o audiovisual, decorrendo daqui a ideia de que se está em face de uma indústria cinematográfica tradicional ou então numa indústria audiovisual incipiente.

O terceiro texto trata de um desafio que contempla a *polis*, ou seja, a cidade como o local propício de promoção e concepção de políticas públicas da cultura pelo fato de nela se constituírem complexas interações de identidades, memórias e tradições. Nesta perspectiva, a cidade é, sem dúvidas, o espaço onde confluem diversas identidades e por essa razão ela propicia interações individuais e coletivas em permanentes trocas de experiências artísticas globais, particulares, nacionais tornando-se verdadeiro mediador e mosaico da cultura, o que lhe permitirá estabelecer pontes com os governos estaduais e por sua vez, este com o federal na concepção de um plano nacional da cultura onde o fulcro protagonista é a *polis*. A ideia é partir do particular para o geral a partir de iniciativas municipais.

O quarto texto retoma o assunto da *polis* e da participação comunitária relatando as experiências coletivas protagonizadas em duas cidades (Rio de Janeiro e Recife) que evidenciam a cultura como elemento de transformação cultural por permitir a inclusão, no processo, de indivíduos e setores marginalizados, bem como permitir a eliminação de rótulos, estereótipos ou preconceitos em relação a alguns locais. Diante das adversidades dessas comunidades, suas ações para além de demonstrar superação e, sobretudo o papel do cidadão confirmam a ideia de que para uma boa política cultural é necessário incluir as populações na sua formulação.

O quinto texto coloca em questão o distanciamento entre as comunidades e o poder público na efetivação dos projetos culturais que, segundo as autoras, relaciona-se ao contexto do neoliberalismo. Assim, a fraca participação da sociedade civil na decisão e gestão sobre os espaços culturais, que muitas vezes é relegado às organizações sociais como mediadoras das ações populares sobre a chancela do poder público que o alimenta com verbas do poder, não se traduzem em espaços de exercício da cidadania.

Para finalizar, pode-se afirmar que as ideias presentes nesta obra remetem-nos a refletir sobre a necessidade de formulação de políticas públicas culturais a partir da base, do local, do indivíduo ao topo onde a comunidade integra, conduz e materializa todos os seus anseios através do suporte municipal, estadual e federal.